



# CONGRESSO NACIONAL

MPV - 315

00022

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 08/08/2006		Proposição MEDIDA PROVISÓRIA Nº 315, DE 2006									
Autor Deputado <u>SÉRGIO MIRANDA</u>					Partido PDT		Nº do Prontuário				
Supressiva		Substitutiva		Modificativa		X		Aditiva		Substitutiva Global	
Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:		Número:			
<b>TEXTO/JUSTIFICAÇÃO</b>											
<p>Acrescente-se à MP 315/06, onde couber, o seguinte artigo:</p> <p style="padding-left: 40px;">“Art. _____. Ressalvadas as cotações das taxas de câmbio dos Mercados de Câmbio de Taxas Livres (dólar comercial) e de Taxas Flutuantes (dólar turismo), ou outras cotações oficiais, é vedada a divulgação, por qualquer meio, de cotação de taxas de câmbio não oficiais como referência para operações do mercado paralelo (dólar paralelo), sujeitando-se o infrator à multa prevista no art. 7º.”</p> <p style="text-align: center;"><b>JUSTIFICAÇÃO</b></p> <p>De acordo com o REGULAMENTO DO MERCADO DE CÂMBIO E CAPITAIS INTERNACIONAIS - TÍTULO : 1 - Mercado de Câmbio, CAPÍTULO : 2 - Agentes do Mercado, item 1: “as autorizações para a prática de operações no mercado de câmbio podem ser concedidas a critério exclusivo do Banco Central do Brasil a bancos comerciais, bancos múltiplos, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades corretoras de câmbio ou de títulos e valores mobiliários, sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários, agências de turismo e aos meios de hospedagem de turismo, ficando automaticamente autorizados a operar no mercado de câmbio os agentes que na data de publicação deste Regulamento estejam autorizados/credenciados a operar nos Mercados de Câmbio de Taxas Livres e de Taxas Flutuantes”.</p> <p>Com efeito, nessas instituições e mercados é que as pessoas físicas e jurídicas podem comprar e vender moeda estrangeira, observada a legalidade da transação, bem como a taxa de câmbio segundo o mercado a que se refere a operação, se segmento comercial (dólar comercial) ou turismo (dólar turismo). Dessa forma, quaisquer operações cambiais realizadas à margem da lei, bem como qualquer ato que as facilite (p.ex.: a divulgação diária da cotação do “dólar paralelo” nos meios de comunicação), devem ser coibidas; caso contrário, estar-se-ia estimulando prática vedada pelo ordenamento jurídico-cambial brasileiro. Sendo assim, oportuno se faz a proibição da divulgação não oficial da cotação de moedas, sobretudo do dólar americano, moeda referência para outras cotações, por serem ilegais as operações levadas a efeito no mercado paralelo. Aqui, não se estar a ferir a liberdade de imprensa, uma vez que o papel desta certamente não é fazer apologia à ilegalidade, antes deve conscientizar e informar as pessoas observando as leis. Ora, se o mercado paralelo é ilegal, também o é divulgar os preços de seus produtos (no caso, a cotação do “dólar paralelo”). Para tanto, solicito dos nobres Pares apoio à aprovação desta emenda.</p> <p>Sala da Comissão,                      de agosto de 2006.</p> <p style="text-align: right;"><i>Sérgio Miranda</i></p>											

